

# **TERRITÓRIOS ETNOEDUCACIONAIS INDÍGENAS: PRIMEIRA APROXIMAÇÃO**

**Severía Maria Idioriê Xavante**

Neste buscamos apresentar o contexto da política apresentada pelo Ministério da Educação (MEC) para os povos indígenas: os territórios etnoeducacionais indígenas. Este estudo busca compreender como esta pretende atender as demandas atuais que garantam ações de protagonismo e autonomia na educação escolar indígena de Mato Grosso.

Partimos da problemática de que no Brasil, passados vinte e seis anos da promulgação da Constituição e vasta legislação educacional pró-indígena, mas em muitos lugares, se naturaliza uma educação escolar baseada nos primórdios da colonização. No estado, algumas escolas indígenas ainda persistem na inadequação dos conteúdos curriculares: imposição de valores e costumes estranhos aos povos indígenas, falta de material específico, inexistência ou baixa formação dos professores, desajuste do calendário escolar em relação ao ritmo de vida indígena, assessorias pedagógicas e secretarias municipais de educação descompromissadas com os povos envolvidos.

Diante disso, nos perguntamos como a política dos territórios etnoeducacionais contribui para o processo de protagonismo e autonomia dos povos indígenas na construção e ou reafirmação de uma educação intercultural, bilíngue, comunitária e de qualidade preconizada por vários instrumentos legais?

Nosso projeto de pesquisa-ação, em fase inicial, visa compreender esta dinâmica de construção local da política. Neste momento, realizamos a revisão da literatura e a pesquisa exploratória para identificar os sujeitos (em Mato Grosso) que estão protagonizando o movimento para res-significar a política da educação escolar indígena e garantir que esta possa atender as demandas atuais dos povos indígenas.

Para atender às reivindicações dos povos indígenas e reforçar outros instrumentos legais existentes o Decreto nº 6.861 de 27 de Maio de 2009 dispõe sobre Educação Escolar Indígena, define sua organização em Territórios Etnoeducacionais (TE), e dá outras providências com o objetivo de apoiar a implementação, avaliação e o enraizamento da Política de Educação Escolar Indígena, considerando a territorialidade das etnias, participação indígena e a articulação entre os órgãos públicos.

O conceito aqui se pauta na apresentação feita em 2013, pelo Coordenador Geral de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC), Dr. Gersem Luciano, do povo Baniwa que explicita que o território deve ser compreendido como espaço imprescindível para que um grupo étnico tenha acesso aos recursos que tornam possíveis a sua reprodução material e espiritual, conforme as características próprias da organização produtiva e social, enquanto terra compreende-se como um espaço físico e geográfico.

O programa está estruturado em torno de quatro eixos: gestão educacional e participação social, com apoio ao desenvolvimento de metodologias próprias para monitoramento e avaliação dos planos de ação dos TE; pedagogias diferenciadas e uso das línguas indígenas, com apoio para que as próprias escolas indígenas desenvolvam currículos e métodos de ensino apropriados às especificidades das comunidades; memórias, materialidade e sustentabilidade e educação de jovens e adultos, inclusive com ensino técnico-profissionalizante. E, tem como objetivo proteger os direitos dos povos indígenas, por meio do fortalecimento dos TEEs reconhecendo e valorizando a diversidade sociocultural e linguística e o protagonismo desses povos, conforme estabelecido na Constituição Federal.

O programa prevê que o MEC continue comprando e distribuindo ônibus, lanchas, embarcações de pequeno porte (voadeiras) e bicicletas para o transporte escolar, investimentos na formação de mais professores indígenas e apoio à produção e publicação de obras de temática indígena, preferencialmente produzidas por autores índios; e várias outras ações.

Com estes dados, evidencia-se que o programa consiste no planejamento de um conjunto de ações ministeriais de apoio técnico e financeiro à educação escolar indígena, pois se pretendem que as ações serão articuladas aos governos estaduais e municipais, instituições de ensino superior, organizações indígenas e indigenistas e órgãos de governo, como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Até 2016 a previsão é de pactuar outros 21 TEEs.

A Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI), reunida em sua 1ª reunião ordinária, nos dias 27 e 28 de maio de 2014, em Brasília, encaminhou Carta Aberta da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena sobre a implementação dos TEEs ao Ministério da Educação, apresentando considerações, avaliação e recomendações.

Na reunião de agosto de 2014 em Mato Grosso, o Conselho de Educação Escolar Indígena apresentou à SECAD/MEC, questões em relação à política atual e as demandas desta, buscando construir com os pares das secretarias de educação e as IES presentes, uma agenda para construção de uma pauta que pudesse dar conta de encaminharem a política apresentada pelo MEC atualmente.

Espera-se assim, com nossa pesquisa, acompanhar o processo de construção das redes necessárias à elaboração e desenvolvimento de uma política voltada à realidade indígena desta região centro-oeste, na qual há uma diversidade enorme de realidades históricas e culturais que colocam distâncias muito grandes entre os próprios povos indígenas para se pensar uma política que dê conta de atender cada especificidade.

### **Referências**

Baniwa, G.L. **Territórios Etnoeducacionais**: um novo paradigma na política educacional brasileira. Brasília/DF. Apresentação Oral na CONAE 2010.

CARTA ABERTA. Comissão Nacional de Educação Indígena sobre a implementação dos Territórios Etnoeducacionais. Brasília/DF. Maio, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Folder Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais Indígenas, novembro, 2013.

Sousa, Fernanda Brabo. **Reterritorializando a educação escolar indígena**: Reflexões acerca dos territórios etnoeducacionais. 2013. f. Dissertação (Mestrado em educação)-Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.